

## O ANTIJUDAÍSMO COMO PROPAGANDA POLÍTICA NO REINO DE CASTELA

KELLEN JACOBSEN FOLLADOR<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a relação existente entre o antijudaísmo e os conflitos políticos na Idade Média, destacando seus aspectos antecedentes e suas consequências. O conflito em questão é a disputa dinástica que ocorreu entre 1366 e 1369 entre o rei Pedro I de Castela e seu irmão bastardo Enrique de Trastâmara.

Enquanto o monarca seguia a política da Coroa Castelhana de proteção às comunidades judaicas, o irmão bastardo usava o destaque econômico e profissional de alguns judeus de Corte e a proteção que a Coroa oferecia aos judeus, como uma forma política de manipulação da massa cristã, do Papado e de demais reis europeus.

Durante os anos de guerra fratricida o antijudaísmo ganhou força e licença para se materializar em assassinatos, roubos e destruição de comunidades judaicas.

A propaganda política de Enrique de Trastâmara manipulou o ódio que a massa cristã sentia pelos judeus e incentivou que muitos sentimentos, há séculos existentes entre a convivência judaico-cristã, pudessem ser colocados em prática.

### O ANTIJUDAÍSMO NO SÉCULO XIV

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

Os medievos que viveram no século XIV passaram por muitas dificuldades que deixaram sua marca na história. Sucessivos períodos de carestia alimentar provocados por más colheitas, a pandemia bubônica *peste negra*, sangrentos conflitos políticos e crises econômicas se refletiram na constituição de indivíduos mais sensíveis às teorias escatológicas e à busca pela culpabilidade de tais acontecimentos. Em tal cenário, as *minorias* da sociedade medieval, eram de diferentes formas relacionadas aos males que assolavam toda a população, inclusive eles próprios. No reino de Castela, objeto desse artigo, a imputabilidade de tais acontecimentos recaía majoritariamente sobre as comunidades judaicas, e, esse cenário de crise no século XIV se mesclava com outras situações muito específicas da convivência entre judeus e cristãos.

Para Amrán (2003) anteriormente ao século XIV, de forma geral, salvo algumas exceções, a coexistência entre cristãos e judeus foi positiva, porém, nessa época uma verdadeira mudança ocorreu na mentalidade da sociedade castelhana em relação à minoria judaica, mudança que se estende até a expulsão dos judeus em 1492. Para Suárez (2012:38) o que existia no reino de Castela, assim como no restante da Europa, era uma convivência baseada na ideia da aceitação das comunidades judaicas como “um mal menor, tolerável”. Para o autor, os judeus eram tolerados em meio aos cristãos devido à esperança de um dia eles se converterem para assim se cumprir a Divina Palavra, e, por outro lado porque os rendimentos tributários das comunidades judaicas proporcionalmente às comunidades cristãs era muito maior, sendo rentável para a Coroa a manutenção desses pecadores em seu reino.

Coadunando com Suárez, Ruano (1988) destaca que a tolerância religiosa estava baseada no fato de os grupos apenas se suportarem uns aos outros, sendo uma questão de necessidade, de sobrevivência. Para os cristãos era uma solução imposta pela situação de vida que mantinha a presença de vizinhos a quem não se podia exterminar e que cuja função social e econômica era imprescindível para a comunidade cristã.

No século XIV a maioria dos judeus vivia em seus bairros próprios afastados do convívio mais íntimo com os cristãos. Saíam de seus bairros apenas para trabalhar e nesses momentos é

que mantinham certa relação de convivência com a comunidade cristã. Em contrapartida a essa convivência pouco expressiva, temos os judeus que viviam na Corte real e se mantinham muito próximos dos cristãos que como eles, também ocupavam posições importantes junto à Coroa. Esses judeus de Corte pouco se importavam com seus correligionários que se mantinham de forma mais isolada nos bairros.

Para Suárez (2012), as comunidades judaicas eram formadas por simples trabalhadores, pobres na maioria, que viviam atormentados pelas dificuldades advindas das condições de vida que existiam nos bairros judaicos como, por exemplo, a imposição, pelos conselhos das cidades, do espaço geográfico da judiaria que não poderia ser expandido independente do aumento populacional, e, da localização em si, já que tudo o que deveria ser marginalizado na sociedade cristã era direcionado para determinadas regiões, como as quais estavam os bairros judaicos muitas vezes avizinados de bordéis. A configuração do espaço das judiarias gerava um empilhamento de residências e a consequente insalubridade do local, somado à proximidade com vizinhos mal afamados, levou, por sua vez, os cristãos a estereotiparem os judeus de sujos, miseráveis e portadores de mau odor. Na concepção de Suárez (2012), todos os limites impostos pelos cristãos aos judeus, além de causarem um mal imediato ao mesmos, a longo prazo nutriam as calúnias, os estereótipos e os mitos antijudaicos. Dessa forma, o autor constata a versão de que a tolerância existente no reino de Castela nada mais fazia do que manter o judeu marginalizado.

Com a acentuação do antijudaísmo, a tolerância sofre alterações que podem ser exemplificadas desde as petições dos conselhos das cidades que exigiam junto ao monarca o fim dos privilégios judaicos que eram tidos como prejudiciais aos cristãos, até os ataques às judiarias nos momentos de maior instabilidade social.

Valdeón (1968) ratifica essa premissa ao destacar que o antijudaísmo castelhano vai recobrar suas forças principalmente devido a dois fatores: as disposições legais contrárias aos judeus, e, a acusação de que a *peste negra* fora provocada pelos mesmos. Esses dois fatores ligados a outras questões que se desenrolaram ao longo do século, fomentaram tanto as teorias

antijudaicas, quanto a prática da maioria dos cristãos em relação às comunidades sefarditas. Joseph Pérez (2009: 76) exemplifica o antijudaísmo reinante nesse período destacando uma frase do escritor e aristocrata Pedro Lopez de Ayala que demonstra não somente sua opinião em relação aos judeus, mas, o que podemos chamar de acordo com Suárez (2012), da “opinião pública” no século XIV: “Ali vêm os judeus, que estão agrupados para beber o sangue dos pobres coitados”. Segundo o autor, tudo era motivo para fazer do judeu o “mal absoluto” que por sua simples presença entre os cristãos provocava a “ira de Deus”.

Nesse contexto, a população judaica que vivia nas *aljamas*, em grande parte composta por artesãos, comerciantes e pequenos prestamistas, se encontrava um tanto que desprotegida. Apesar de os judeus serem considerados como bens patrimoniais da Coroa, uma vez que faziam parte do tesouro e finanças reais, a tão importante proteção monárquica nesses tempos não ia muito além daquela oferecida aos poderosos prestamistas ou conselheiros judeus que viviam na corte.

É importante ressaltar que os judeus que possuíam apanágios advindos de seu poder político e econômico certamente faziam parte de uma minoria dentro da comunidade judaica. Nem todos os judeus foram comerciantes ricos e “supõe-se que os negócios de empréstimos dos judeus que viviam nas cidades pequenas ou nas aldeias não ocupariam um lugar tão decisivo na vida pública” (BAER I, 1981: 98). A maioria da comunidade judaica era formada por pequenos comerciantes sem expressividade econômica, pequenos artesãos e agricultores.

Em cidades como Toledo e Sevilha uma fração um pouco maior da comunidade judaica fazia parte desse grupo privilegiado, provocando, dessa forma, o ódio da população cristã que vivia nessas cidades. Esse sentimento antijudaico muitas vezes era usado para influenciar ideologicamente os cristãos, como realmente ocorreu nos anos de disputa política entre o monarca Pedro I <sup>2</sup> e seu irmão bastardo Enrique de Trastâmara. <sup>3</sup> Compreenderemos assim,

---

<sup>2</sup> Pedro I, chamado de “o cruel” reinou em Castela de 1350 a 1369.

<sup>3</sup> Após sua vitória foi coroado como Enrique II de Trastâmara e governou entre 1369-1379.

como a disputa pelo trono de Castela utilizou o antijudaísmo como método de manobra para influenciar a massa cristã e angariar adeptos para a questão política que se desenvolvia entre os filhos de Afonso XI.

## A GUERRA TRASTÂMARA E SUAS RELAÇÕES COM O ANTIJUDAÍSMO

Desde os primeiros anos de reinado de Pedro I, a nobreza encontrava-se desgostosa das atitudes do monarca que apoiava os letrados, a pequena nobreza, a burguesia e protegia os judeus. O monarca que estava cercado de estudiosos formados em direito romano buscou conhecer os direitos fiscais e territoriais dos nobres a fim de restringir a extensão de senhorios laicos e eclesiásticos, além de controlar a economia fixando salários e preços (PERÉZ, 2009).

Além disso, o rei se recusava a aceitar conselhos de uma parte da nobreza, não cedia a exigências da mesma por maiores benefícios e sua política marcada pela brutalidade e confisco de bens “acabaram por lhe alienar até os seus mais fiéis partidários” (RUCQUOI, 1995: 180). A nobreza interpretou as atitudes do monarca como autoritárias e centralistas. As desavenças geraram assassinatos, prisões e exílios que só intensificaram o desejo dos nobres em apoiar a oposição dirigida pelos bastardos de Alfonso XI, especialmente por Enrique de Trastâmara, que dentre suas propostas de governo possuía um conjunto de ideias antijudaicas que angariou a adesão de muitos súditos.

Assim, não faltaram motivos para justificar a rebeldia contra o monarca, e, no que se refere a sua relação com os judeus, Pedro I era apontado como “rei judaizado” completamente submetido aos mandos e desmandos dos grandes representantes do povo hebreu junto à Coroa (POLIAKOV, 1996: 127). Essa propaganda política tinha forte embasamento no cargo ocupado pelo judeu Samuel há-Levi, administrador das rendas do fisco. Os partidários da causa trastâmara diziam ser inadmissível um rei cristão permitir tamanha influência, já que todas as finanças do reino estavam sob seu poder (SUÁREZ, 2012).

A acusação de rei favorável aos judeus posteriormente se modificou, e, Pedro I passou a ser encarado como um monarca ilegítimo, porque os trastamaristas acusavam-no de não ser filho de Alfonso XI (POLIAKOV, 1996: 127). Segundo os propagandistas de Enrique de Trastâmara, a rainha de Castela D. Maria de Portugal que estava em vias de ser abandonada pelo marido, o rei Afonso XI, deu à luz a uma menina. Porém, a responsabilidade de conceber um herdeiro, o iminente abandono e logicamente questões políticas forçaram-na a trocar sua filha por um menino, filho de um judeu chamado Pero Gil. Assim, Pedro I não seria nada mais que um rei falsificado<sup>4</sup>. Logo se conclui que os judeus sustentavam a monarquia tirânica já que um deles estava à frente da Coroa (SUÁREZ, 2012).

O grupo trastamarista disseminava ideias que buscavam desacreditar Pedro I perante os súditos, os demais monarcas europeus e perante o papa, além de provocar querelas internas entre os grupos que divergiam em relação ao conflito.<sup>5</sup> A propaganda antijudaica aliava o nome de Samuel há-Levi ao desrespeito do monarca Pedro I às leis da Igreja, que em vários concílios proibiu os judeus de ocuparem funções de autoridade sobre os cristãos. No entanto, segundo a propaganda antipetrista, como o monarca também era um judeu, podia-se esperar que ambos se aliassem para destruir os bons cristãos do reino de Castela. Dentre esse grupo que se dizia ameaçado estava a nobreza, que defendia seus interesses senhoriais e os

---

<sup>4</sup> Suárez (2012) destaca que nos documentos da época se faz referência aos partidários de Pedro I como *emperegilados*, menção ao nome do judeu Pero Gil que segundo a propaganda antipetrista seria o verdadeiro pai do monarca. Essa lenda foi tida como verdadeira a ponto de na Crônica de Fernando, *o católico*, o cronista García Alfonso de Torres explicar que a menina trocada por um menino judeu era a mãe do rabino de Burgos Salomón há-Levi que ao converter-se livremente ao Cristianismo recebeu o nome de Pablo de Santa Maria tornando-se então bispo da mesma cidade. Essa estória mostra como se acreditava na genealogia *limpa* de sangue judaico que possuía a célebre família Cartagena. Era um meio de explicar como uma família de conversos chegou a possuir tanto destaque e altos cargos no reino de Castela. Conclusão: eles sempre foram cristãos, e, ainda de linhagem real. Uma boa estória para posteridade, inscrita nas Crônicas Reais de Castela, porém, que provavelmente não convencia os contemporâneos de fins do século XV, uma vez que o bispo Alonso de Cartagena, filho do judeu Salomón há-Levi, se auto declarava judeu converso, defendendo seu grupo perante os cristãos-velhos que no conflito de Toledo de 1449 tentaram limitar a ascensão social dos conversos por meio da *Sentencia Estatuto*, documento que dará origem aos tratados de pureza de sangue.

<sup>5</sup> No contexto da Guerra dos Cem Anos, o rei francês pôs-se ao lado do bastardo juntamente com o papa de Avignon, o francês Urbano V (1362-1370). Enquanto Pedro I conseguiu o apoio da Inglaterra.

interesses da Igreja ao tentar impor às comunidades judaicas as decisões que a Santa Igreja havia estabelecido em seus diversos concílios.

Os anos de 1366 a 1369, período no qual a guerra entre os irmãos se desenvolveu, foi extremamente crítico para os judeus, uma vez que sofreram sanções econômicas e violências de ambos os partidos políticos. Enrique de Trastâmara incentivou o antijudaísmo em meio à população cristã, deixando-a livre para agir conforme sua consciência. Pedro I exigia quantias exorbitantes para manutenção de seus exércitos e não conseguiu proteger as *aljamas* de roubos e assassinatos promovidos tanto pela população que não mais o desejava como monarca, quanto pelos exércitos de mercenários a seu serviço (VALDEÓN, 1968).

Nessa época as *aljamas* do reino não mais contavam com o apoio de Samuel há-Levi que sofreu as consequências da propaganda antijudaica. Suárez Fernández (2012) destaca que Pedro I, um “perturbado mental” suspeitou da lealdade de seu conselheiro e em 1361 declarou sua prisão, confisco de bens, tortura e pena de morte.

Sem a proteção real, sem a proteção de seu grande representante na corte, as comunidades judaicas eram fáceis alvos. Muitas foram atacadas, sendo seus moradores saqueados e mortos. Nas cidades de Briviesca, Aguilar de Campo e Villadiego as comunidades foram atacadas por soldados e mercenários ingleses e franceses. Em outras regiões como Segovia, Ávila e Valladolid, o povo encarregou-se de atacar os judeus e pilhar seus bens. Aderindo à causa trastâmara o povo tinha uma desculpa para atacar àqueles que em sua concepção eram os responsáveis por vários problemas ocorridos naquele século (VALDEÓN, 1979: 133).

Muitas comunidades, além da pilhagem dos exércitos e mercenários, sofriam com a imposição tributária que os monarcas impunham para ressarcir o cofre real. Digo monarcas porque durante o período bélico ambos se autodeclaravam e eram vistos como tal. Pedro I era o monarca por direito sucessório ainda aceito em muitas cidades de Castela, e, Enrique de Trastâmara era o monarca “pela graça de Deus”, benção papal, apoio político do rei francês e da alta nobreza castelhana.

Nesse momento de guerra, a atitude dos monarcas para com as comunidades judaicas em nada divergia. Ambos pressionaram as *aljamas* em troca de uma fajuta proteção e quando as indenizações não eram suficientes usava-se a vida dos judeus como mercadoria de troca. Conforme Suárez (2012) Pedro I decretou a venda de trezentas famílias que seriam enviadas a Granada, o que foi evitado pelo fato deles mesmos se comprarem. Por sua vez, Enrique II, ao final da guerra, lançou uma altíssima multa aos judeus de Toledo como um castigo por terem resistido e se mantido ao lado de Pedro I. Essa punição gerou uma enorme dívida que só pode ser paga ao longo dos anos. A conclusão disso tudo é que ao fim do conflito político as judiarias de Castela estavam esgotadas financeiramente e moralmente.

Ao fim de três anos, o grupo trastâmara liderado pelo filho bastardo de Afonso XI chega ao poder. O novo rei é coroado como Enrique II de Castela, iniciando assim o governo da dinastia Trastâmara. Todo o apoio recebido ao longo dos anos de rebeldia contra Pedro I e depois durante a guerra foi devidamente cobrado por aqueles que o apoiaram, principalmente a nobreza e os grupos que comandavam as cidades. Esses grupos citadinos fizeram muitas exigências a Enrique II no que se refere a suas promessas de vetar a ascensão de judeus a determinados cargos e de conceder uma moratória universal aos empréstimos que os cristãos adquiriram junto aos prestamistas judeus naqueles anos.

Mas como era de costume entre os monarcas castelhanos, Enrique II sabia que as Fazenda Real contava com a recuperação financeira das comunidades judaicas, uma vez que, elas eram a maior fonte de tributos no reino. Os procuradores da cidade de Burgos até tentaram exigir do monarca que cumprisse suas promessas e acabasse com o judaísmo, porém Enrique II respondeu que essa seria a forma mais rápida de arruinar a Fazenda Real e conseqüentemente a própria Coroa.

Apesar de toda campanha antijudaica que Enrique II empregou, após sua vitória ele restabeleceu a política tradicional dos monarcas castelhanos em relação aos judeus, colocando-os sob sua proteção e utilizando seus serviços nas finanças do reino (BAER I, 1981: 293). Entretanto, enquanto mantinha funcionários judeus, os cristãos exigiam a

exclusão destes dos ofícios públicos. Segundo Leon Poliakov, essas exigências dos cristãos eram influenciadas por vários motivos que “eram tudo, menos teológicos”, o que denota que para o autor os conflitos eram principalmente motivados por interesses econômicos e sociais (1996: 126).

Várias foram as exigências das autoridades citadinas, praticamente todas já incorporadas no Sínodo de Zamora.<sup>6</sup> Porém, nas reuniões de Corte os procuradores das cidades insistiram que se proibisse o judaísmo, concedesse uma moratória para todas as dívidas e a não mais contratasse judeus para cargos públicos (SUÁREZ, 2012).

O monarca não podia aceitar tais exigências que levaria à ruína de sua gestão. Enrique II não podia proibir o judaísmo porque precisava dos judeus no quesito econômico, uma vez que eles eram tidos como um bem, uma posse da Coroa. Seria como se desfazer de riquezas materiais. Uma vez impossibilitada essa alternativa, o monarca precisava dos serviços de judeus especialistas em economia e relações internacionais. De acordo com Valdeón (1968), mal começou a governar Enrique II contratou alguns judeus que logo se fizeram influentes na Corte: Joseph Abravanel, embaixador de Castela no reino de Aragão; seu irmão Samuel Abravanel que juntamente com Haym Wakkar comandou uma companhia mercantil em Múrcia; e Joseph Pichó que controlava a arrecadação de impostos no reino.

Tendo em vista o continuísmo político empregado por Enrique II em relação aos judeus, logicamente que o rei foi acusado de favorecê-los e não cumprir com suas promessas. Novos personagens, velhas práticas. O que certamente mudou foi a vida de milhares de judeus atingidos duramente pelas consequências do antijudaísmo no século XIV.

---

<sup>6</sup> No Sínodo de Zamora (1313) foram ratificadas as proposições antijudaicas do Concílio de Latrão (1215) e proibindo os judeus de serem médicos de cristãos. O Quarto Concílio de Latrão, convocado por Inocêncio III em 1215 legislou sobre algumas questões relacionadas aos judeus, como: a utilização de um sinal distintivo; a proibição de sair em público no período da Páscoa; a proibição de possuir cargos públicos; e a concessão de moratórias para as dívidas de seus credores; a vigilância sobre os abusos dos usurários, que deveriam respeitar a observação dos cânones que proibiam as usuras “graves e excessivas” (LE GOFF, 1998, p. 72).

## CONCLUSÃO

As propagandas antijudaicas promovidas pela nobreza no embate fratricida entre Pedro I e Enrique de Trastâmara expuseram a fragilidade da tolerância cristã. O que se constata é que o grupo judeu, enquanto minoria religiosa e político-econômica estava à mercê de sua própria sorte quando a população se exaltava e buscava com suas próprias mãos fazer justiça punindo aqueles a quem se creditava a culpa por todos os males da Cristandade.

Conforme Flannery (1968: 143), o povo não distinguia as diferenças econômicas, sociais e políticas entre os judeus, “atribuía a responsabilidade de sua pobreza aos cortesãos financistas judeus a quem culpavam do alto custo de vida, não fazendo distinção entre esses ricos e poderosos judeus e o número maior de judeus tão pobres como eles”.

A confluência do fenômeno de longa duração representado pela mentalidade antijudaica, somada à luta pelo poder e às instigações daqueles que viam os judeus como ameaça política e econômica, proporcionou a materialização do antijudaísmo de uma forma nunca vista antes no reino de Castela. Logo, podemos compreender como a questão judaica foi usada para fins propagandísticos durante o conflito dinástico.

Por fim, o rei Enrique II percebeu que as opiniões antijudaicas que havia utilizado em seu ataque contra Pedro I, tinham alcançado um desenvolvimento que já fugia a seu controle. Os súditos exigiam o fim do judaísmo, moratória universal e a proibição de judeus em cargos públicos. Tudo isso que era difícil de cumprir, pois alguns judeus exerciam cargos administrativos com muita competência, sendo essenciais ao monarca.

A guerra trastâmara foi apenas um dos episódios macabros que marcariam a vida das comunidades judaicas no século XIV. O pior ainda estava por vir. Vinte e dois anos depois as judiarias castelhanas perderam mais de cinquenta por cento de seus moradores que foram obrigados a escolher entre a cruz e a espada. Mas, essa é outra história, igualmente marcada

pelo ideal cristão de acabar com o judaísmo por meio das conversões, fossem elas voluntárias ou não.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMRÁN, Rica. Um cambio en la mentalidad de la sociedad hispana: el antijudaísmo en las crónicas de los reyes de Castilla. In: TOUS, Pere Joan i; NOTTEBAUM, Heike (ed.). **El olivo e la espada**. Estudios sobre antisemitismo en España (siglos XVI-XX). Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2003
- BAER, Yitzhak. **Historia de los judíos en la España Cristiana**. Vol. 1 e 2. Madrid: Altalena, 1981
- BALANZA, Manuela. **Geografía e historia de España y de los países hispánicos: Ibérica**. Barcelona: Viceus-Vives, 1992.
- LE GOFF, Jacques. **La Civilización del Occidente Medieval**. Barcelona: Paidós, 1999
- BENITO RUANO, Eloy. **De la alteridad en la historia**. Madrid: Real academia de la Historia, 1988
- FLANNERY, Edward H. **A Angústia dos judeus**. História do anti-semitismo. São Paulo: Ibrasa, 1968
- FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2006
- LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**. A usura na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 1998
- PÉREZ, Joseph. **Historia de uma tragedia**. La expulsión de los judíos de España. Barcelona: Crítica, 2009
- POLIAKOV, Leon. **De Maomé aos Marranos: História do anti-semitismo II**. São Paulo: Perspectiva, 1996
- RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Estampa, 1995
- SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis. **La expulsión de los judíos**. Um problema europeo. Barcelona: Ariel, 2012
- VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Los conflictos sociales en el reino de Castilla en los siglos XIV y XV**. Madri: Siglo XXI, 1979
- VALDEÓN BARUQUE, Julio. **Los judíos de Castilla y la Revolución Trastámara**. Secretariado de Publicaciones: Universidad de Valladolid, 1968